

O AUDIOVISUAL EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

A experiência do Projeto Viva e Reviva em Goiás

Cassia Maria de Queiroz¹

Artigo recebido em: 06/03/2023.

Artigo aceito em: 11/09/2023.

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de produção de documentário nas escolas como prática interdisciplinar e tendo como tema o Patrimônio cultural local. A referência para a análise é a experiência do Projeto de Educação Patrimonial *Viva e Reviva*, vinculado à Secretaria de Educação do Estado de Goiás - SEDUC/GO e executado na cidade de Goiás a partir de 2000. O estudo visa identificar os princípios e os objetivos na execução do audiovisual que era um dos elementos que fazia parte da proposta do *Viva e Reviva* para fins de registro documental das ações das escolas junto à comunidade local com a participação de estudantes, professores e o poder público. A partir da experiência desse programa de Educação patrimonial percebe as possibilidades de abordar o ensino da história local a partir de propostas ligadas ao patrimônio cultural e tendo o audiovisual como ferramenta de registro das memórias locais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Audiovisual; Comunidade escolar.

THE AUDIOVISUAL IN HERITAGE EDUCATION ACTIONS:

The experience of the Projeto Viva e Reviva in Goiás

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the process of documentary production in schools as an interdisciplinary practice and with the local cultural heritage as its theme. The reference for the analysis is the experience of the Heritage Education *Projeto Viva e*

¹ Graduada em Direito e História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8522302722215360>; e-mail: cassiamqz@gmail.com.

Reviva, linked to the Education Secretary of the State of Goiás - SEDUC/GO and executed in the city of Goiás from 2000. The study aims to identify the principles and the goals in the execution of the audiovisual that was one of the elements that were part of the *Viva e Reviva* proposal for the purpose of documentary record of the actions of the schools with the local community with the participation of students, teachers and the government. From the experience of this heritage education program, the possibilities of approaching the teaching of local history from proposals related to cultural heritage and having the audiovisual as a tool to register local memories have been realized.

KEYWORDS: Heritage Education; Audiovisual; School Community.

1. Introdução

O atual conceito de Educação Patrimonial, temática de constante reflexão neste artigo, considera as pessoas da comunidade a ser trabalhada como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significações. A partir dessa concepção é viável propor uma educação patrimonial dialógica, na qual todos os sujeitos participam, desde a identificação do patrimônio cultural e as possíveis ações coletivas para preservá-lo, passando pelas discussão de ideias e os recursos a serem utilizados.

O presente estudo se originou a partir da observação do uso do documentário no *Programa Viva e Reviva*, vinculado à Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC/GO). O objetivo do projeto, idealizado em 1999 e lançado oficialmente em 2000, era incentivar a participação da comunidade escolar na Cidade de Goiás em ações de Educação Patrimonial visando fortalecer o sentimento de pertencimento dos sujeitos com o patrimônio cultural local.

A pesquisa expõe a experiência das escolas do Estado de Goiás, sobretudo da Cidade de Goiás, com o vídeo na sua execução, desde o roteiro até a interação das

mesmas para o registro das memórias e identidades locais. Dessa forma, o audiovisual se configura, também, como um instrumento mobilizador da sociedade na construção e divulgação do conhecimento. Além disso, é uma ferramenta que

possibilita o sujeito histórico ser ao mesmo tempo observador e realizador da sua narrativa histórica, social e política.

Assim este artigo objetiva dialogar sobre a relação entre o audiovisual e a educação patrimonial nas escolas sob a perspectiva de registro documental da realidade histórica dos diferentes grupos sociais que, em conjunto, conseguem captar as mais diversas expressões simbólicas do patrimônio material e imaterial da sua comunidade. Os efeitos do audiovisual enquanto ferramenta de registro cultural refletem na formação de sujeitos críticos, ao mesmo tempo em que é o mediador para apropriação das memórias e ressignificação identitária. O audiovisual produzido por uma pessoa, alunos ou por um grupo social está inserido num contexto cultural, histórico e político, abarcando todas as suas subjetividades desde os fragmentos de memórias às relações identitárias.

O artigo está dividido em duas partes: na primeira, abordamos a produção do vídeo no *Programa Viva e Reviva*, pontuando as contribuições deste na educação patrimonial, resultando num produto que transcende os recortes disciplinares. Num segundo momento, a partir da experiência do *Viva e Reviva*, propõe discutir a importância do audiovisual como ferramenta discursiva e ressignificante na educação patrimonial dentro e fora das escolas.

2. O audiovisual e os desafios da educação patrimonial no Viva e Reviva

O patrimônio cultural é um dos principais elementos que compõem a identidade de um povo. Ele é composto por um conjunto de bens materiais e imateriais que foram produzidos ao longo da história de uma comunidade. A sua preservação é essencial para a manutenção da memória coletiva e para o fortalecimento da identidade cultural. Nesse sentido, o audiovisual surge como uma importante ferramenta para a valorização do patrimônio cultural e para a sua preservação.

É possível afirmar que há uma relação intrínseca entre o estudo da História local e a noção de pertencimento em sua própria comunidade. Ambos direcionam o

aluno para a percepção do seu lugar de origem, sua comunidade, sua relação com o seu grupo sociocultural. A esse respeito, Maria Auxiliadora Schimidt (2007), ressalta que “A História Local traz uma maneira bastante complexa de pensar e fazer História, em termos de aprendizagens e concepções, colocando em destaque a perspectiva da diversidade e pluralidade das identidades.” (SCHMIDT, 2007, p. 190). No âmbito da educação, propostas partindo da realidade cotidiana local, possibilitam a realização de um processo de ensino/aprendizagem a partir de elementos que relacionam-se aos interesses dos alunos, suas vivências, memórias afetivas etc.

Na concepção de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004), o uso da História local é necessário para criar uma ponte entre o passado e o presente a partir do seu espaço de convivência, tais como “a escola, casa, comunidade, trabalho e lazer”. A autora destaca que “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega a História Local.” (BITTENCOURT, 2004, p. 169). Dessa forma, a História local como metodologia ativa pode ser um complemento para o aluno se perceber como sujeito histórico, estabelecendo relações identitárias com a sua própria história. O discente passa a atuar como agente do conhecimento, produzindo conteúdo a partir do seu lugar de origem como, por exemplo, pesquisas em arquivos, entrevistas com sujeitos locais, coleta de documentos, fotos, reforçando a relação de pertencimento do tempo e do espaço históricos. A partir dessa experiência o professor de História pode estabelecer, como metodologia ativa para construção de um ensino/aprendizagem mais eficaz, uma relação entre os acontecimentos da história local e os acontecimentos do país e do mundo.

Em relação ao conceito de identidade, Stuart Hall (2006) afirma que são importantes para compreendermos como suas mais variadas formas contribuem para nossa compreensão acerca do tecido social no qual vivemos. Em sua concepção, identidade é uma questão de “tornar-se” permitindo que o sujeito tenha a liberdade para aderir às mais diversas identidades em seus mais diferentes contextos, sem se importar com as contradições que isso pode causar, pois o sujeito

se confronta com inúmeras identidades, possíveis de se identificar na experiência coletiva ao qual ele está sujeito, em especial no mundo globalizado. Não há apenas uma identidade individual, mas múltiplas identidades que nos confrontam diariamente tanto externa quanto internamente, impossibilitando-nos de fazer uma escolha. Nessa perspectiva, o Projeto Viva e Reviva Goiás, idealizado pela Secretaria de Educação, assegurava aos agentes da Cidade de Goiás, por meio das escolas, o fortalecimento da sua própria identidade no tocante à valorização, preservação e apropriação do seu patrimônio cultural.

Assim, a concepção de identidade é determinante para estabelecer a ideia de uma comunidade. Os indivíduos, ao se apresentar como pertencente a um grupo procuram, mediante a cultura, meios de afirmar sua identidade e elementos que os diferenciam para que se entreguem a esse grupo e não àquele outro. A esse respeito, compreende-se que: “a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações [...] dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar.” (SILVA, 2000, p. 82).

Levando-se em conta que o patrimônio cultural, composto por diversas manifestações de cunho material e imaterial, é um conjunto de bens e valores que se preservam ao longo do tempo e que possuem significado para um determinado grupo, a preservação desse patrimônio cultural é essencial para manter viva a memória e a identidade de uma comunidade. Nesse sentido, a educação patrimonial é considerada como uma ferramenta importante. No entanto, Simone Scifoni (2022, p.2) alerta que “a problemática da educação patrimonial no Brasil pede, urgentemente, uma nova pedagogia do patrimônio, que coloque a discussão na sua totalidade explicativa, ou seja, no campo da educação.”. Para a autora desde 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tem estimulado por meio de seminários, encontros e diálogos, a construção coletiva entre agentes públicos, voltada para um novo olhar de ressignificação da educação patrimonial.

Ao discutir a importância da educação patrimonial para a preservação da memória e da identidade de comunidades locais, Simone Scifoni (2022) ressalta que

esta deve ser entendida como uma ação educativa que visa a valorização e preservação do patrimônio cultural local. Educação com o patrimônio cultural deve ser interdisciplinar que envolve a comunidade, os gestores públicos, os educadores e os estudantes. É necessário repensar a prática de educação patrimonial no Brasil, pois apesar dos avanços recentes, ainda há muitos desafios a serem superados para que seja efetivamente valorizada. Além disso, é necessário que esteja presente em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a pós-graduação, e que seja uma prática interdisciplinar.

Assim, tomando-se como base a ideia da Educação Patrimonial como projeto político, não se pode deixar, ainda, de enfrentar a problemática de que nem sempre no Brasil a população se identifica ou se vê no conjunto do que é oficialmente reconhecido como patrimônio cultural. Ocorre aí o que se chama de “lado perverso do patrimônio cultural”, seus processos excludentes ou mesmo de objetivação do passado oficial por meio de narrativas imagéticas e monumentalistas reforçados por práticas e discursos de poder (TOLENTINO, 2016, p. 44).

Em Goiás, no final da década de 1990, foi criado um Programa de Educação patrimonial denominado *Viva e Reviva*. Desenvolvido pela equipe da Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, a proposta visava diminuir a distância entre o cotidiano dos alunos e o passado histórico da sua comunidade local, a Cidade de Goiás, que na época concorria ao título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO. Para o estudo, o *corpus* documental selecionado é composto pelo relatório final com todos os subprojetos propostos pelas escolas, alguns ofícios, folders, documentos manuscritos, questionários, entre outros.

A análise do Projeto de Educação Patrimonial *Viva e Reviva* realizado na Cidade de Goiás de 1999 a 2010 é importante para se pensar sobre a perspectiva de educação utilizada e, a partir dela, definir os elementos que devem pautar as atividades de educação patrimonial. Assim, o seu estudo permite identificar ações que levem a uma proposta de Educação Patrimonial mediadora de uma construção

coletiva de conhecimento que identifique uma comunidade como produtora de acervo patrimonial por meio, por exemplo, de registro audiovisual, reconhecendo a importância dos saberes e fazeres locais. A partir da experiência do *Projeto Viva e Reviva* desenvolvido pelas escolas da Cidade de Goiás, foi criado o *Programa Viva e Reviva*, executado em várias cidades² do estado até 2010 quando foi encerrado pelo Governo de Goiás. O *Programa Viva e Reviva* tinha o audiovisual como uma das ações de apropriação do lugar de pertencimento.

Em relação aos objetivos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* destaca-se a participação da comunidade nas ações para que ela pudesse se reconhecer durante esse *fazer* e assim, ressignificarem sua história a partir de um novo olhar para a cidade e seus personagens, monumentos, documentos, saberes e fazeres. No projeto, encerrado em 2010, a comunidade local foi envolvida pelas atividades propostas pelas escolas, possibilitando uma série de desdobramentos nas práticas educativas com vistas à identificação e a proteção dos saberes, ofícios, festas, lugares, rituais, expressões artísticas e lúdicas dos diferentes grupos da comunidade local.

No Capítulo III do Relatório do Projeto Viva e Reviva Goiás, fica evidente que o principal objetivo do Projeto estava em fazer da escola uma extensão da comunidade com a participação de todos os personagens da cidade na preservação dos elementos que constituem o arcabouço cultural local. Para os idealizadores do *Projeto*, o patrimônio cultural é toda a expressão de um povo e está presente em todos os lugares e ações realizadas por uma comunidade: “Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos.” (RELATÓRIO, 2002, p. 19). Nos subprojetos das escolas do Viva e Reviva Goiás foi trabalhado o patrimônio Cultural vilaboense: as festas, as músicas, as poesias, as brincadeiras, as cantigas de roda, as comidas e o modo de prepará-las, objetos, os lugares, a história dos bairros, incluindo também, a parte ambiental em alguns temas.

² Projeto Viva e Reviva Goiás; Projeto Viva e Reviva Pirenópolis; Projeto Viva e Reviva Pilar; Projeto Viva e Reviva Catalão; Projeto Viva e Reviva Jaraguá; Projeto Viva e Reviva Hidrolândia e Projeto Viva e Reviva Jataí.

A proposta de adesão das escolas ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* e ao *Programa Viva e Reviva* era ser sempre de forma voluntária. Assim como os temas escolhidos versados sobre Patrimônio material e imaterial eram de livre escolha dos professores e alunos. Após essa primeira etapa, iniciava-se a escrita do subprojeto, o qual era enviado para a equipe do *Programa Viva e Reviva* a fim de ser revisado e validado. A partir de então, começava a parte prática do subprojeto, isto é, as pesquisas bibliográfica e documental, trabalho de campo, coletas de dados por meio de visitas, levantamento histórico de um bairro ou local, confecção de livros, produção de cantigas, poesias, registro em vídeos, sempre dentro do tema proposto que tinha como norte o patrimônio cultural local.

Os próprios discentes, sob a orientação dos professores, saíam a campo para fazer as pesquisas junto à comunidade, revivendo as histórias esquecidas naquele tempo e espaço. Nesse processo de Educação Patrimonial, ligado às memórias da cidade e de suas narrativas de identidade, a discussão sobre o patrimônio cultural foi levada para dentro da escola.

A equipe do *Programa Viva e Reviva* cuidava da assessoria técnica dos subprojetos e da pesquisa dos alunos e professores durante toda a elaboração até a execução dos subprojetos de cada escola. Era também essa equipe que cuidava da organização de palestras e oficinas de fotografia, de sites de vídeo-documentário e outras. A proposta era que eles mesmos pudessem registrar o seu próprio trabalho sobre patrimônio cultural e serem ao final, multiplicadores e, também, os guardiões dessas memórias revisitadas.

Assim, observa-se que o Programa incentivava ações por parte das escolas envolvendo o audiovisual e o patrimônio cultural como preservação e valorização da memória e da identidade de comunidades locais. Além de contribuir para a formação de uma consciência crítica em relação ao patrimônio material e imaterial e suas relações identitárias, contemplava temas voltados para a preservação cultural que sempre estiveram presentes em seus espaços socioculturais, buscando interagir o

estudo do passado e do presente, sempre imbuídos no compromisso com a formação integral de crianças e adolescentes.

No *Projeto Viva e Reviva*, a linguagem audiovisual, tendo como interlocutores a escola e a comunidade, foi uma ferramenta que ligava o documento e a memória na construção identitária local. Assim, o documentário engloba “razão e narrativa, evocação e poesia, mas faz isso com o objetivo de inspirar confiança ou instilar convicção no mérito de um determinado ponto de vista sobre uma questão controversa.” (NICHOLS, 2012, p. 80).

A equipe das escolas que aderiam ao Programa, incluindo o corpo docente e discente, levava cerca de um a dois anos para apresentarem o trabalho que ia da escrita até a realização final dos subprojetos, anteriormente submetidos à avaliação da equipe do *Viva e Reviva*. Havia oficinas e palestras as quais tinham como foco o patrimônio material e imaterial da comunidade local, deixando a autonomia na escolha dos temas a serem abordados a cargo apenas das escolas. A liberdade de escolha do patrimônio cultural a ser trabalhado nas instituições escolares era uma das características do *Programa Viva e Reviva*.

No entanto, tinham que enviar os subprojetos com os temas os quais seriam trabalhados para a equipe da Subsecretaria avaliar os objetivos, as justificativas e a coerência com a proposta de trabalho. Em muitos destes subprojetos, o audiovisual estava presente como forma de registro das memórias e identidades que iam se ressignificando durante sua execução com a participação dos alunos, professores, coordenadores e direção da escola. É importante compreender o tratamento que dado ao patrimônio cultural e o lugar que é atribuído a ele nas políticas públicas de preservação. O caráter desigual do patrimônio cultural no Brasil também pode ser pensado a partir das reflexões sobre a existência de uma hierarquia entre os valores culturais eruditos e científicos considerados superiores em relação à cultura popular. Nesse sentido, é da esfera pública o papel de mediador da sociedade civil e como tal cabe a esse poder criar canais de diálogo em que haja escuta e observação (SCIFONI, 2022).

No *Viva e Reviva*, o audiovisual, era utilizado pelas escolas para fins de registro documental das ações propostas junto à comunidade. Além disso, foi um recurso amplamente usado para a apresentação final dos projetos, normalmente na praça da cidade. Como bem lembra a professora Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens³, “o evento era em praça pública com a apresentação das escolas num palco, o vídeo e o material impresso.” (Rosaura, entrevista concedida em 09 fev. 2021). Na Cidade de Goiás, a execução do *Projeto Viva e Reviva*, em 2000, contou com a adesão de dezenove⁴ escolas. Dentre essas, seis apresentaram subprojetos tendo como medidas, entre outras, a realização de filmes/documentários.

O Colégio Sant'Ana, no documentário intitulado *Orai Por Nós*, abordou a lenda sobre a Procissão das Almas. Para este evento, um grupo de jovens turistas visita a Igreja Santa Bárbara e ouve o Guia contar a lenda desta procissão, baseado num conto de Cora Coralina. Já a Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo, no filme *Um dia*, retratou a vida dos alunos da zona rural, iniciando com a manhã de trabalho junto à família e depois, a viagem de transporte escolar até a escola. Na narrativa, o ônibus fura o pneu. E enquanto, os alunos esperam o concerto debaixo do sol, um aluno dorme e sonha (ou tem pesadelo) com o abandono da Igreja de São João Batista do Ferreiro e os problemas ambientais da região. Ao chegarem na escola, os discentes discutem sobre os problemas ambientais de Goiás.

O Colégio Lyceu de Goyaz, por sua vez, no documentário denominado *Goiás-prazer em conhecer* teve como foco um poema musicado cantando as atrações vilaboenses mostrando ângulos diferenciados da cidade e seus principais monumentos históricos e naturais. O Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, no

³ Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens é graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais com Especialização e Mestrado na área de museologia e patrimônio cultural. Foi membro da Equipe Técnica do Programa Viva e Reviva. Atualmente, é Professora na Rede Estadual em Goiânia, Goiás.

⁴ Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo, Escola Letras de Alfenim, Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo, Lyceu de Goyaz – Goiás, Magali - Centro de Estudos, Escola Estadual Dom Abel, Escola Estadual Mestre Nhola, Escola Estadual Prof. Manuel Caiado, Escola Estadual Dr. Albion de Castro Curado, Escola Estadual São Pedro, Colégio Alternativo – COOPECIGO, Colégio Sant'Ana, Escola Estadual Constâncio Gomes, Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, Escola Família Agrícola, Jardim da Infância Prof. Terezinha Viggiano Mendes, Colégio de Aplicação, Escola Estadual Walter Engel, Escola Estadual Cora Coralina.

documentário *Cidade de Goiás - Contrastes* teve como foco abordagens em torno da degradação ambiental e a urgência da tomada de decisões no município de Goiás.

O Colégio de Aplicação com o vídeo *O Pau da Bandeira* recriou uma andança de Folia de Reis, passando pelas ruínas de Ouro Fino até o almoço na Fazenda Agapito com catira, comida e muita cachaça. Lá, Seu Alberico conta histórias engraçadas como aquela em que foliões dormem bêbados no pasto e uma vaca come a bandeira, obrigando o cortejo a seguir para a próxima visita apenas com o pau da bandeira. Por fim, a Escola Estadual Cora Coral fez um documentário de registros escritos, fotográficos, fitas com depoimentos, relatórios, textos, criados pelos próprios alunos.

Nesse contexto, o uso do audiovisual foi fundamental para o envolvimento da comunidade local, já que permitiu que os estudantes e professores pudessem registrar e divulgar o patrimônio cultural da região de forma a envolver todos os sujeitos partícipes na ressignificação coletiva do seu espaço cultural. É importante ressaltar que essa ferramenta dialógica tem se mostrado muito eficaz para o ensino da educação patrimonial nas escolas. Ela possibilita o desenvolvimento de uma participação ativa de uma determinada comunidade a partir da utilização do gênero e nos possibilita relacionarmos a memória, o patrimônio cultural e a Educação Patrimonial. Nesse sentido, o audiovisual surge como uma ferramenta importante, pois é capaz de registrar e difundir de forma ampla e acessível os valores culturais de uma comunidade.

Para Scifoni (2022), o pensar de uma nova pedagogia pressupõe a construção coletiva baseada em três princípios articulados: “autonomia dos sujeitos, dialogicidade e participação social.” Estes fortalecem os vínculos entre sujeitos de um mesmo grupo social, estabelecendo entre si laços de memórias, fortalecendo identidades e legitimando a ocupação do seu espaço sociocultural. Do mesmo modo, devem ser “um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político.” (SCIFONI, 2022, p.3).

Ao mapear ações de Educação Patrimonial desenvolvidas coletivamente em Goiás, um dos exemplos de referência é o *Programa Viva e Reviva* cujos objetivos eram sensibilizar os sujeitos sobre a importância do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial; estimular a reflexão crítica e contribuir para a sua preservação; sensibilizar as pessoas sobre a importância do patrimônio cultural como exercício de pertencimento ao seu espaço de atuação.

Discutir a educação patrimonial pressupõe abordagens acerca de diferentes metodologias e também o uso de recursos audiovisuais como forma de tornar o patrimônio cultural mais acessível e atrativo para diferentes públicos. Além da importância da educação patrimonial crítica, que estimule a reflexão sobre as relações de poder envolvidas na preservação e valorização do patrimônio (ALBUQUERQUE, 2012).

A relação entre educação e o audiovisual já vem sendo solidificada desde a década de 90 com a criação da TV Escola pelo Ministério da Educação – MEC. E foi, também, a partir dessa época que entraram no mercado brasileiro as câmeras digitais para uso doméstico. Mas, em relação ao patrimônio cultural as abordagens são no sentido de preservação do acervo de filmes brasileiros. O audiovisual, também, tem se mostrado útil enquanto registro patrimonial por parte dos agentes de uma comunidade para fins não só de registros, mas, principalmente, como forma de reflexão sobre sua própria história, seus próprios fazeres e saberes. E, esse acervo produzido, também, requer um espaço para sua preservação e divulgação. Embora o audiovisual ao longo das décadas não tenha sido devidamente enquadrado como patrimônio, seja ele material e imaterial, pelo caráter físico de difícil patrimonialização, mesmo assim, o audiovisual é uma linguagem que nos possibilita expressar nosso modo de viver, pensar, fazer a nossa história e reviver e repensar nosso patrimônio cultural.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) buscou valorizar o audiovisual como patrimônio cultural e compreender os caminhos para uma educação voltada para as imagens em

movimento. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Belgrado de 23 de Setembro a 28 de Outubro de 1980, na sua vigésima primeira sessão, considera que “as imagens em movimento são uma expressão da identidade cultural dos povos e, devido ao seu valor educativo, cultural, artístico, científico e histórico, fazem parte integrante do património cultural de uma nação.” (UNESCO, 1980).

Tendo em vista as possibilidades do cinema documentário na educação patrimonial, Manuela Ilha Silva (2013) afirma que a produção de documentários bem como a sua potencialidade para estimular a reflexão crítica e a sensibilização da sociedade para a preservação do patrimônio são elementos de preservação e valorização do patrimônio cultural. A autora discute, também, a necessidade de se produzir documentários que abordem o patrimônio cultural de forma crítica e reflexiva, evitando a romantização ou a estereotipação de determinadas manifestações culturais. Além disso, destaca a importância da participação da comunidade na produção desses documentários, como forma de envolver a população local na preservação do seu patrimônio. Nesse espaço dialógico, o vídeo foi uma constante nos subprojetos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* como recurso para registro das atividades. Esse elemento tecnológico, ao mesmo tempo que fascinava quem produzia o filme, era o instrumento necessário de apreensão da memória do momento presente. Era o recurso usado para (re)contar e registrar fatos e histórias, ora ocultas, ora mostradas, conforme fossem os interesses do entrevistado no permanente diálogo entre os fragmentos de memórias e nossas identidades.

Para Silva (2013), o cinema documentário como ferramenta educativa é capaz de despertar o interesse dos estudantes pelo patrimônio cultural e de promover uma reflexão crítica sobre a sua importância. Ela defende que o audiovisual deve ser utilizado como uma ferramenta de ensino nas escolas.

No *Programa Viva e Reviva* a preocupação não era só filmar o evento, a festa de encerramento. Tanto para os professores quanto para os alunos já estava consolidada a importância de formar um acervo com as memórias da cidade e seu patrimônio cultural. Essas ações reforçam os objetivos do Programa acerca da

valorização do rico patrimônio cultural que suas comunidades têm e que merece ser registrado para as novas gerações.

Temos por exemplo, em 2006, o Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manuel Caiado, com o tema “ReCria-Ação”, seguindo na mesma direção, propôs a realização de um documentário, além de oficinas que atendiam uma das diretrizes do *Programa Viva e Reviva*: a capacitação dos professores e alunos quanto ao uso de tecnologias para fins de registro nas escolas.

Nesse sentido, é importante que as abordagens educacionais sejam interdisciplinares, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, e que utilizem metodologias participativas e colaborativas, que promovam a reflexão crítica e a participação ativa dos estudantes. A partir dessa reflexão, podemos deduzir que o audiovisual é uma importante ferramenta capaz de promover a reflexão crítica sobre o patrimônio cultural e de mobilizar a comunidade em torno da sua preservação. Este recurso deve ser utilizado como uma ferramenta de ensino nas escolas e deve ser uma prática interdisciplinar.

3. O audiovisual como ferramenta dialógica entre a escola e o seu Patrimônio Cultural

A utilização do audiovisual como ferramenta de educação patrimonial tem sido objeto de interesse de diversos autores. Ana Paula Trindade de Albuquerque destaca que "a produção de documentários pode ser utilizada como uma estratégia pedagógica no ambiente educativo, contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos e reflexivos em relação ao mundo que os cerca." (ALBUQUERQUE, 2012, p. 1). Ressalta-se ainda que a produção de documentários pode ser uma forma de valorizar e preservar o patrimônio cultural. A esse respeito, compreende-se que a utilização do audiovisual pode ser uma estratégia eficaz para engajar a comunidade na preservação do patrimônio cultural, possibilitando sua valorização e promoção de forma acessível e atrativa (SILVA, 2013).

Sobre esta perspectiva, Maria Auxiliadora Schmidt reforça que a História Local como estratégia de aprendizagem “pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História.” (SCHIMIDT; CAINELI, 2004, p. 113). Dessa forma, o aluno é inserido na sua comunidade como sujeito ativo, coletando evidências que apontam ora para mudanças, ora para continuidades, detectando os pontos de conflitos nesse processo histórico. E, a partir desses conteúdos investigados vai criando sua própria identidade, suas múltiplas memórias e reflexões acerca da sua realidade sociocultural ao mesmo tempo em passa a valorizar não só o Patrimônio cultural da sua comunidade, como o do próprio país e o de outros lugares do mundo.

A esse respeito, Moran afirma que o vídeo possibilita eternizar os fragmentos de memória e ter uma visão múltipla da realidade por ter uma linguagem que abarca planos e ritmos visuais dinâmicos e diversificados com imagens e câmera fixas ou em movimento como forma de. Além de considerar o caráter artístico do filme, podemos encontrar no vídeo documentário os registros da memória social de diferentes épocas, de diferentes locais e de culturas, pois é pelo “vídeo que sentimos, experienciamos sensorialmente o outro, o mundo, nós mesmos.” (MORAN, 1995, p. 2).

Na concepção de Vera Candau, “é necessário estar permanentemente refletindo sobre o que se vive ” e, nesse sentido, a autora complementa que a educação “é uma prática social coletiva, a socialização é uma dimensão que favorece o intercâmbio, o diálogo e o confronto de experiências diversas.” (CANDAU, 2000, p. 161).

Os documentários podem ser uma forma de envolver a comunidade no registro e na preservação do patrimônio cultural local. A esse respeito, Lídia Glacir Gomes Rodrigues (2021), destaca que "o uso do audiovisual em ações de educação patrimonial pode contribuir para a formação de indivíduos mais críticos, conscientes e participativos na preservação do patrimônio cultural." (RODRIGUES, 2021, p. 3).

Em suma, compreende-se que as ações de educação patrimonial não devem se restringir apenas ao âmbito escolar, mas que também contemplem espaços não formais de educação e a participação ativa da comunidade local na preservação e valorização de seu patrimônio cultural. Nesse sentido, o audiovisual pode ser uma ferramenta poderosa para envolver a comunidade na construção de narrativas sobre seu patrimônio, complementa Tolentino (2022).

A produção de documentários é capaz de mobilizar a comunidade em torno da preservação do patrimônio cultural e de promover a reflexão sobre a sua importância. A experiência de oficinas audiovisuais realizadas em comunidades a exemplo do *Viva e Reviva em Goiás* promove a reflexão sobre a identidade cultural e a importância do patrimônio local. Através das oficinas, os participantes podem produzir seus próprios vídeos sobre o patrimônio cultural da região, o que contribuiu para uma maior valorização e preservação desse patrimônio. Através da produção audiovisual, os integrantes das oficinas podem aprofundar seu conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade e contribuir para sua valorização. Assim, “entende-se o uso do audiovisual como ferramenta que pode trazer as informações necessárias e levar o espectador à identificação e, conseqüente, aumento da afetividade e autoestima cidadã.” (RODRIGUES, 2021, p. 101).

Diante desses exemplos, é possível perceber como o audiovisual pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação e valorização do patrimônio cultural de uma região. Assim, é importante que a educação patrimonial esteja presente tanto dentro quanto fora das escolas, e que seja capaz de estimular a reflexão crítica e a participação ativa da comunidade no processo de preservação do patrimônio. Nesse contexto, o audiovisual se apresenta como uma alternativa interessante, uma vez que permite não apenas registrar e documentar a memória e a cultura de uma comunidade, mas também incentivar a participação ativa dos envolvidos na produção audiovisual. Além disso, é uma ferramenta capaz de transmitir informações de forma mais clara e atrativa do que outros meios de comunicação, o que contribui para o envolvimento e o interesse dos participantes.

A linguagem audiovisual como nova opção educativa dentro da proposta de Educação Patrimonial torna possível a veiculação de uma variável de informações com nova perspectiva dentro de diferentes espaços que possam se integrar e interagir. Nesta perspectiva, tal linguagem facilita a comunicação, garantindo a possibilidade da livre expressão e proporcionando o processo de construção do diálogo entre os agentes sociais de cada comunidade. O vídeo é uma opção educativa para colocar a escola no mundo e ao mesmo tempo trazer o mundo para dentro dela.

Assim, o audiovisual pode permitir a valorização e preservação da memória e da identidade de comunidades locais e deve levar em consideração a importância do engajamento das comunidades locais no processo de preservação do patrimônio cultural, assim como a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva sobre o tema. É fundamental que as ações de educação patrimonial sejam inclusivas e respeitem a diversidade cultural das comunidades envolvidas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Toda produção audiovisual é realizada por ação e vontade humana e está inserida num contexto social, cultural, político e econômico e, por isso, é impossível separá-la de suas subjetividades ao considerar que há uma seleção prévia do tema a ser trabalhado, do enquadramento das imagens a serem filmadas, da edição do material até sua exibição pública.

O audiovisual não poderia ser diferente quando se torna, também, na escola, uma ferramenta utilizada como forma de produzir conhecimento junto com os estudantes a partir do momento em que eles se tornam sujeitos ativos nos registros documentais a partir da sua percepção da realidade cultural a qual fazem parte. Porquanto, deve ser observado, numa obra audiovisual, o modo como é feito um vídeo. Há, em primeiro lugar, que definir o tema a ser trabalhado, a linguagem a ser utilizada para contar a história, o enquadramento das imagens a duração de cada cena, a edição do material, que é uma seleção das imagens que inclui, também, o descarte daquilo que não vai entrar para o vídeo. Enfim, acena-se aqui a questão de pertencimento e a relação de memória coletiva, que ratifica valores e significados, dando a possibilidade aos alunos de ter sua identidade ressignificada.

Nesta perspectiva, o vídeo documentário é um importante aliado para a comunidade escolar, considerando a complexidade social e cultural na construção de subjetividades decorrentes dos novos modos de ver, pensar e apreender o momento histórico em que vivemos. Como processo interativo, deve ser considerado não apenas uma ferramenta didática, mas também um veículo de interação contínua que vai além do olhar as imagens, para interpretá-las com o objetivo de ressignificar mensagens e informações sob as quais todos os sujeitos desse tecido social em que a escola está inserida possa se expressar.

A proposta é estimular os alunos a produzirem os seus vídeos documentários a partir das ferramentas disponíveis, tais como celular pessoal tanto do discente quanto câmera digital da própria escola. Assim, registrarão suas memórias e suas referências culturais munidos da linguagem audiovisual, colocando nestas suas percepções identitárias. Quando o audiovisual é trabalhado como ferramenta pedagógica na escola, este auxilia na compreensão e assimilação dos conteúdos pelos alunos. E, ao professor, abre inúmeras possibilidades de explorar conteúdos extracurriculares, agregando conhecimentos diversificados. O vídeo na Educação Patrimonial vai além. O professor pode ampliar o que foi abordado em sala de aula, ao incentivar os alunos a registrarem cenas de seu patrimônio cultural permitindo assim que o discente faça uma associação daquilo que ele ouve e o que ele vê.

Dessa forma, é possível concluir que o audiovisual pode ser uma ferramenta importante para a educação, permitindo a criação de narrativas visuais que ajudam a contar histórias e registrar, por exemplo, o patrimônio cultural local. A inclusão da educação patrimonial no currículo escolar, aliada ao uso do audiovisual, pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural local, como evidenciado pelo *Programa Viva e Reviva* em Goiás.

4. Considerações Finais

O Programa de Educação Patrimonial *Viva e Reviva* em Goiás, executado no período entre 1999 e 2010, foi uma iniciativa importante para incentivar ações que

envolviam o audiovisual e o patrimônio cultural nas escolas. Além disso, procurou incentivar a participação ativa da comunidade na preservação do patrimônio local. A utilização do audiovisual como ferramenta pedagógica foi uma estratégia fundamental para o sucesso do programa, permitindo a produção de vídeos documentários e outros materiais audiovisuais que registraram e difundiram as histórias e memórias das comunidades locais, promovendo ações de educação patrimonial críticas e reflexivas. Outro ponto importante a ser destacado no Programa foi a necessidade de se pensar em diferentes estratégias para a difusão do patrimônio cultural, de modo que ele possa ser acessado e compreendido por diferentes públicos.

Nesse sentido, o uso das tecnologias digitais foi uma ferramenta relevante, possibilitando a divulgação e a valorização do patrimônio cultural, assim como a promoção de experiências imersivas e interativas entre a escola e a comunidade local. O audiovisual tem se mostrado um recurso muito eficaz na preservação da memória e da identidade de comunidades locais, além de ser uma excelente ferramenta de ensino nas escolas. A partir das reflexões apresentadas pelos autores selecionados, é possível afirmar que esta é uma ferramenta importante na educação patrimonial, pois permite a difusão ampla e acessível dos valores culturais de uma comunidade. O intuito é o de valorizar o patrimônio cultural, sensibilizar a população para a sua preservação e estimular a reflexão crítica sobre as relações de poder para a promoção de práticas de preservação e valorização mais inclusivas e democráticas. Também, é fundamental que a educação patrimonial seja realizada de forma crítica e interdisciplinar, envolvendo diferentes atores sociais e culturais, como professores, alunos, pesquisadores, artistas, gestores públicos e a comunidade local. O objetivo é promover uma prática crítica e reflexiva sobre a história e a cultura de um determinado lugar, preservando a sua memória e a sua identidade para as gerações futuras. O vídeo documentário pode ser uma ferramenta muito eficaz na promoção dessa valorização, desde que as práticas educativas sejam repensadas e atualizadas, para que estejam em consonância com as demandas e necessidades do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Paula T. de. “**Gravando!!!**”: o cinema documentário no cenário educativo: perspectivas para uma educação audiovisual. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CANDAU, V. M. F. (Org.). **Reinventar a Escola**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Comunicação e Educação**. São Paulo, (2): 27 a 35, jan./abr. 1995.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP. Papyrus, 2012.
Projeto Viva e Reviva Goiás, “Um Mergulho com Profundidade na História de Goiás” 2000.

RODRIGUES, Lídia Glacir Gomes. **Audiovisual como ferramenta de educação patrimonial com enfoque no Art Déco em Santa Maria**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, 2021.

RELATÓRIO de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás. Equipe Responsável: Seila Maria Vieira de Araújo e Jane de Alencastro Curado. Goiânia: Secretaria de Estado da Educação, Julho de 2002.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. O Ensino de História Local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (Orgs.). **Ensino de História**: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007, pp. 187-198.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História local e o ensino de História. In: **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, pp. 111- 124.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, 2022, pp. 17-36.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, 2017, pp. 7-16.

SILVA, Manuela Ilha et al. A produção de documentários e sua ação como elemento de valorização do patrimônio cultural. **XI Encontro Estadual de História**. Universidade Federal do Rio Grande. 2013, pp. 1394-1404.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102.

TOLÊNTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire. **Cadernos de Sociomuseologia**, N 19, vol. 63, 2022, pp. 107-116.

TOLÊNTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48.

UNESCO, 1980. **Recomendação para a Salvaguarda e Preservação de Imagens em Movimento/UNESCO**. Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-safeguarding-and-preservation-moving-images>>. Acesso em 25/02/2023